



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS, COMUNICAÇÃO E ARTES
CURSO DE BIBLIOTECONOMIA

Veronilda Cerqueira Lima

O USO DOS RECURSOS INFORMACIONAIS DA SALA DE LEITURA
DA ESCOLA ESTADUAL DE CEGOS CYRO ACCIOLY

Maceió
2022

Veronilda Cerqueira Lima

O USO DOS RECURSOS INFORMACIONAIS DA SALA DE LEITURA
DA ESCOLA ESTADUAL DE CEGOS CYRO ACCIOLY

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à banca examinadora do Curso de Bacharelado em Biblioteconomia, da Universidade Federal de Alagoas (UFAL), como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Biblioteconomia

Orientador: Prof. Dr. Marcos Aurélio Gomes.

Maceió

2022

Catálogo na Fonte
Universidade Federal de Alagoas
Biblioteca Central
Divisão de Tratamento Técnico

Bibliotecário: Marcelino de Carvalho Freitas Neto – CRB-4 – 1767

L732u

Lima, Veronilda Cerqueira.

O uso dos recursos informacionais da sala de leitura da Escola Estadual de Cegos Cyro Accioly / Veronilda Cerqueira Lima. – 2022.
53 f. : il.

Orientador: Marcos Aurélio Gomes.

Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso em Biblioteconomia) –
Universidade Federal de Alagoas. Instituto de Ciências Humanas,
Comunicação e Artes. Maceió, 2022.

Bibliografia: f. 45-49.

Apêndices: f. 51-53.

1. Educação inclusiva. 2. Pessoas com deficiência. 3. Braille (Sistema de escrita). 4. Escola Estadual de Cegos Cyro Accioly (Maceió, AL). 5. Recursos de informação. I. Título.

CDU: 027.9:376.32

FOLHA DE APROVAÇÃO

VERONILDA CERQUEIRA LIMA

**O USO DOS RECURSOS INFORMACIONAIS DA SALA DE LEITURA
DA ESCOLA ESTADUAL DE CEGOS CYRO ACCIOLY**

Trabalho de Conclusão de Curso como
requisito parcial para obtenção do título de
Bacharel em Biblioteconomia da Universidade
Federal de Alagoas.

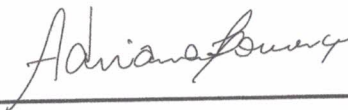
Banca Examinadora:

Aprovada em Maceió, AL, em 28 de março de 2022.

Banca Examinadora:



Prof. Dr. Marcos Aurélio Gomes (Orientador)
Universidade Federal de Alagoas



Prof.^a. Ms.^a. Adriana Lourenço (Membro Examinador Interno)
Universidade Federal de Alagoas



Prof.^a. Dr.^a. Francisca Rosaline Leite Mota (Membro Examinador Interno)
Universidade Federal de Alagoas

Ao meu porto seguro que é Deus e à minha família.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus por ter me dado condições para superar as dificuldades que encontrei durante a jornada desse curso.

Agradeço também aos meus familiares por sempre me incentivarem a não desistir diante das adversidades.

Aos professores do Curso de Biblioteconomia, em especial ao meu orientador Prof. Dr. Marcos Gomes, que teve muita paciência comigo.

Aos meus colegas de sala, com destaque para Laysa e Janiele, que sempre contei com ajuda nas horas difíceis.

E, por fim, aos professores e alunos da Escola Estadual de Cegos, Cyro Accioly. A todos, muito obrigada.

RESUMO

Falar sobre pessoas com deficiência visual é falar de uma população que ainda é discriminada socialmente, esse grupo social é despercebido aos olhos dos que não querem enxergar, por vezes são excluídos, e os seus direitos violados. No que consta na Constituição Federal de 1988, a educação é para todos, e em se tratando de alunos especiais é perceptivo que muita coisa já foi feita, mas ainda há muito por se fazer. O objetivo principal foi investigar o uso dos recursos informacionais da sala de leitura da Escola Estadual de Cegos Cyro Accioly. O presente trabalho trata-se de uma pesquisa de campo, onde foi realizada na Escola Estadual de Cegos Cyro Accioly, mais especificamente na Sala de Leitura. Além da pesquisa de campo, também foi realizada a revisão da literatura, em que foram utilizados artigos referentes ao tema em questão, tendo como base de dados a Scientific Electronic Library Online (Scielo®) e Google Acadêmico®, por serem ferramentas de pesquisa e publicações gratuitas. Dessa maneira, diante da análise dos dados e da revisão da literatura, nota-se o quanto os alunos que participaram da pesquisa estão desprovidos de informações referentes ao uso correto da Sala de Leitura, bem como assistência multiprofissional para melhor atendê-los.

Palavras-chave: Educação Inclusiva. Pessoa com Deficiência. Sistema Braille. Escola Estadual de Cegos Cyro Accioly. Recursos Informacionais.

ABSTRACT

Talking about visually impaired people is talking about a population that is still socially discriminated against, this social group is unnoticed in the eyes of those who do not want to see, are sometimes excluded, and their rights violated. As in the Federal Constitution of 1988, education is for all, and when it comes to special students it is perceptible that much has already been done, but there is still much to be done. The main objective of this work was to investigate the use of information resources in the reading room of the Cyro Accioly State School of the Blind. This article is a field research, where it was carried out at the Cyro Accioly State School of the Blind, more specifically in the Reading Room. In addition to the field research, a literature review was also carried out, in which articles related to the theme in question were used, based on the Scientific Electronic Library Online (SciELO®) and Google Scholar®, because they are free search tools and publications. This study, given the analysis of the data and the literature review, it is noted how much the students who participated in the research are devoid of information regarding the correct use of the Reading Room, as well as multiprofessional assistance to better serve them.

Keywords: Inclusive Education. Person with Disabilities. Braille system. Cyro Accioly State School of the Blind. Informational Resources.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Gráfico 1 – Grau de deficiência – participantes da pesquisa	35
Gráfico 2 – Utilização da Sala de Leitura – participantes da pesquisa	36
Gráfico 3 – Finalidade de uso da Sala de Leitura - participantes da pesquisa	37
Gráfico 4 – Dificuldades relacionadas ao uso dos serviços da Sala de Leitura – Participantes da pesquisa	38
Gráfico 5 – Incentivo ao uso da Sala de Leitura – Participantes da pesquisa	38
Gráfico 6 – Atendimento – Sala de Leitura	39
Gráfico 7 – Estrutura – Sala de leitura.....	40
Gráfico 8 – Avaliação quanto aos serviços – Sala de leitura	41
Gráfico 9 – Acervo – Sala de leitura	42

LISTA DE QUADROS E FIGURAS

Quadro 1– Três períodos históricos para o Braille no Brasil	19
Quadro 2 – Fontes de Informação.....	25
Figura 1 – Pessoa utilizando Sistema Braille e uma reglete	20
Figura 2 – Sala de Leitura	27
Figura 3 – Computadores com Sistema DOSVOX.....	28
Figura 4 – Tela do Sistema DOSVOX	28

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AL	Alagoas
CCTV	Sistema de Circuito Fechado de Televisão
CD	Compact Disc
COVID	Corona Virus Disease
IBC	Instituto Benjamin Constant
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
MEC	Ministério da Educação
ONG	Organização Não Governamentais
ONU	Organização das Nações Unidas
PcD	Pessoa com Deficiência
PCN	Parâmetros Curriculares Nacionais
PPP	Projeto Político Pedagógico
RFI	Rádio França Internacional
SNEL	Sindicato Nacional dos Editores de Livros
TAC	Termo do Ajustamento de Condutas
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso
TIC	Tecnologias de Comunicação e Informação
UFAL	Universidade Federal de Alagoas
UNESCO	Organização das Nações Unidas a Educação, a Ciência e a Cultura

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
1.1 Problema da pesquisa	13
1.2 Objetivos	14
1.2.1 Objetivo Geral	14
1.2.2 Objetivos Específicos	14
1.3 Justificativa	14
2 EDUCAÇÃO ESPECIAL	16
2.1 Sistema Braille no Brasil	18
2.1.1 O Braille e a Inclusão Social	22
3 RECURSOS INFORMACIONAIS	25
3.1 Recursos informacionais da Sala de Leitura da Escola Estadual de Cegos Cyro Accioly	26
3.2 A importância da leitura	29
3.2.1 Sala de leitura para pessoas com baixa visão ou cegas	30
4 METODOLOGIA	32
4.1 Tipo de pesquisa	32
4.2 Local da pesquisa - Escola Estadual de Cegos Cyro Accioly	33
4.3 Coleta de dados	34
5 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	35
6 CONCLUSÃO	43
REFERÊNCIAS	45
APÊNDICES	50

1 INTRODUÇÃO

O processo de educação busca transmitir práticas que impeçam as pessoas de ficarem excluídas nos espaços de informações, e as levam ao desenvolvimento individuais e coletivos. A educação fornece, de algum modo, algo como uma bússola que permite navegar através dela (BRUM, 2003).

No Brasil, o atendimento educacional direcionado às Pessoas com Deficiências (PcD) foi construído separadamente da educação oferecida à população que não apresentava alguma patologia. Assim, a educação especial constituiu-se como um campo de atuação específico. Esta separação criou um sistema paralelo de ensino para atendimento de alunos com deficiência, o qual ocorreu de modo separado dos outros alunos (KASSAR, 2011).

É nesse contexto que entra a inclusão social, fundamental para que os indivíduos desenvolvam suas capacidades e possam assegurar sua inserção na sociedade por meio da educação e trabalhos dignos, contribuindo como cidadãos para seu desenvolvimento pessoal e autônomo, a fim de enfrentar as adversidades em seu convívio social e profissional.

No tocante ao desenvolvimento da deficiência visual, criada pelo projeto que revolucionou a vida das pessoas com cegueira, na França, em 1825, por meio do igualmente cego, Louis Braille, o qual instituiu um sistema universal de leitura e escrita para pessoas cegas. Tal sistema proporcionou um marco para a inserção de pessoas com cegueira na sociedade. Assim, foi implantado inicialmente naquele país, em 1854, sendo o Braille caracterizado pela leitura tátil numa combinação de 63 sinais (APADEV, c2021)

No Brasil, a educação especial começa em 1835, no período regencial. A primeira instituição da América Latina no atendimento às pessoas com deficiência visual, o Imperial Instituto dos Meninos Cegos, atual Instituto Benjamin Constant (IBC), foi criado no Rio de Janeiro, por meio do decreto imperial nº 1.428, de 12 de setembro de 1854 (MELLO; MACHADO, 2017).

Em Alagoas, a Escola Estadual de Cegos Cyro Accioly, local dessa pesquisa, foi criada através do decreto nº 2.794 de 15 de junho de 1976 e incorporada ao Programa de Educação Especial da Secretaria Estadual de Educação e do Esporte com o objetivo de proporcionar o atendimento especializado aos alunos cegos e de baixa visão (ALMEIDA, 2014).

1.1 Problema da pesquisa

A educação no Brasil vem passando por várias mudanças ao longo do tempo – como as reformas nos currículos escolares, a profissionalização, investimentos, inclusão social e digital – e ainda sofre influência da cultura e da sociedade em geral (BRASIL, 2007). A educação, transforma o ser humano, enquanto cidadão, sendo assim, o profissional da educação tem o objetivo de transmitir o conhecimento adquirido, no exercício de sua função (SILVA, 2015).

Esta circunstância ocasiona a necessidade de o docente reavaliar o próprio comportamento informacional, buscando capacitações, atualizações, novos aprendizados; fazer uso de sua capacidade multidisciplinar para aplicar as novidades contemporâneas como instrumentos pedagógicos (SILVA, 2015).

Atualmente, vive-se a denominada era da informação e do conhecimento, a qual a tecnologia evolui gradativamente e alcança as mais diversas áreas: comunicação, saúde, educação, lazer, entre outras. Essa concepção representa uma nova forma de interação entre as pessoas, os grupos e, por estar presente no cotidiano do homem, pode e deve ser aproveitada com um recurso de apoio à educação (SILVA, 2015).

No entanto, muitos profissionais não estão preparados para fazer uso desse instrumento (SILVA, 2015). Quando a temática parte para os deficientes visuais, a realidade é a dificuldade em relação a adaptar-se às novidades tecnológicas, ou à inclusão na sociedade.

Embora o uso da tecnologia adequada ainda seja uma barreira devido à falta de investimento social e político, é importante lembrar que a informação necessária para o desenvolvimento de suas atividades não se encontra exclusivamente no meio tecnológico, mas é expandida as salas de aulas e leituras. Portanto, para que a presente pesquisa fosse desenvolvida, foi elaborada a seguinte questão: Quais as principais dificuldades encontradas para a disseminação do acervo em Braille da Sala de Leitura?

1.2 Objetivos

1.2.1 Objetivo Geral

Investigar o uso dos recursos informacionais da Sala de Leitura da Escola Estadual de Cegos Cyro Accioly.

1.2.2 Objetivos Específicos

- Identificar o tipo de material informacional disponibilizado na sala de leitura;
- Analisar o acesso aos recursos informacionais a PcD visual;
- Avaliar o atendimento oferecido ao deficiente visual.

1.3 Justificativa

A justificativa para o desenvolvimento da pesquisa refere-se às questões pessoais, que tem por base, a vivência como funcionária da Escola Estadual de Cegos, Cyro Accioly. Devido ao fato de trabalhar na instituição e ser estudante do curso de graduação em Biblioteconomia, surgiram indagações acerca das dificuldades presentes que poderiam existir na Sala de Leitura, como por exemplo, a disseminação de seu acervo em Braille e o uso de equipamentos eletrônicos e outros recursos tecnológicos em substituição à leitura e escrita em Braille, do qual a maioria dos alunos se utiliza.

Sentiu-se a necessidade de investigar tal fato, visto que o registro escrito e desenvolvido por Louis Braille (Sistema Braille) trouxe para a humanidade um grande avanço, possibilitando a pessoa cega ter acesso ao registro de memórias e documentos. Assim, a pesquisa visa contribuir socialmente para os usuários que fazem uso dos recursos informacionais da Sala de Leitura com o intuito de que estes se interessem por tais recursos e desenvolvam o hábito da leitura, tornando-se pessoas autônomas na sociedade em relação ao acesso à informação.

No que diz respeito à Biblioteconomia busca-se despertar a exploração desses recursos informacionais, para que os mesmos sejam mais facilmente disseminados no contexto da realidade do usuário com deficiência visual, além de contribuir com futuras pesquisas nas áreas da Biblioteconomia e da Ciência da Informação, de modo que o acesso informacional seja amplamente discutido no âmbito da inclusão social.

Desse modo, o trabalho encontra-se estruturado da seguinte forma: na primeira seção encontra-se a Introdução, a qual possui um breve contexto da pesquisa, a questão problema que motivou este trabalho, tendo como pilar a justificativa pessoal e social, bem como a contextualização do problema de pesquisa e os objetivos geral e específicos como norteadores da presente monografia.

Na segunda seção, apresenta-se uma breve explanação sobre o conteúdo teórico que deu base para a sustentação da pesquisa. Sendo assim, trouxe assuntos como o contexto geral da educação no Brasil e a educação especial, o uso do Braille no Brasil, Braille e inclusão social, recursos informacionais, o uso dos recursos informacionais da Sala de Leitura da Escola Estadual de Cegos, Cyro Accioly, a importância da leitura e da Sala de Leitura para pessoas cegas e com baixa visão.

A terceira seção explana sobre os procedimentos metodológicos abarcados no decorrer do processo de construção da pesquisa. A quarta seção expõe as análises realizadas em relação aos dados obtidos. Por fim, a quinta e última seção apresenta as considerações finais do referido trabalho.

2 EDUCAÇÃO ESPECIAL

A educação permite formar integralmente o ser humano ao longo de toda a sua vida (GUERREIRO, 2012), e é considerada um direito social pois “[...] constitui elemento componente de um projeto político de coletividade, mais do que o atendimento de interesses individuais [...]” (SANTOS, 2019, p. 3).

A educação no Brasil existe desde os tempos coloniais, contudo, passou por uma evolução em especial no que tange a Constituição Federal de 1988, denominada Constituição Cidadã. Em seu artigo 205, consta que “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania ou qualificação para o trabalho” (BRASIL, 1998).

Para Martins (2000), na vigente constituição brasileira, pode-se chegar a alguns conceitos básicos da educação como, por exemplo, a educação é um direito de todos e dever do Estado, assim como dever da família e fomentada pela sociedade. A educação como direito de todos aparece, pela primeira vez, na Constituição de 1934, em seu artigo 149, em que o conceito de educação consistia em ser um direito de todos e ministrada pela família e pelos poderes públicos, de forma a proporcionar a brasileiros e a estrangeiros domiciliados no País, de modo que possibilite eficientes fatores da vida moral e econômica da Nação, e desenvolver um espírito brasileiro a consciência da solidariedade humana (MARTINS, 2000).

Nessa mesma linha cronológica constitucional, de acordo com o Senado Federal, a temática educação também foi consolidada na Constituição de 1946, em que a educação foi definida como direito de todos, ou seja, “educação é direito de todos e será dada no lar e na escola” (BRASIL, 1946; MARTINS, 2000). O autor destaca que a colaboração da família, por meio da promoção e do incentivo durante o processo educativo é essencial, visto que a formação do educando é papel do Estado em conjunto com a sociedade (MARTINS, 2000).

Em relação à educação especial e inclusiva na sociedade, é importante observar a área da Biblioteconomia, as legislações vigentes para a efetivação do direito à educação e do acesso à informação das pessoas com deficiência nos ambientes da sociedade os quais são de suma importância para a acessibilidade.

Para Guerreiro (2012), o direito à educação garante a inclusão e a colaboração do aluno com deficiência de modo efetivo no ambiente escolar, incluindo todas as

práticas pedagógicas ou de lazer. Além disso, considera-se todas as necessidades do aluno para garantir sua inclusão escolar, visto que o seu direito à educação demanda a integração de outros direitos (como o constitucional, por exemplo) para ser efetivado, caracterizando assim, um direito social.

De acordo com Mantoan (1998), a inclusão efetiva beneficia não somente aos estudantes que possuem alguma dificuldade na instituição de ensino, mas a toda rede escolar, bem como aos professores e a todos os setores e funcionários que compõem a escola, para que desse modo seja alcançado o sucesso no que a autora denomina como corrente educativa geral.

O direito à educação para as pessoas com deficiência teve seu marco legal em 1948 com aprovação na Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU) do documento Declaração dos Direitos Humanos que reconhece como direitos os civis, políticos, econômicos, sociais e culturais como o direito ao trabalho e a educação. Implícito na Declaração Mundial de Educação para Todos (ONU, 1990), na Constituição Federal de 1988 e nos diversas acordos internacionais, normas e leis (SILVA; SPUDEIT, 2020).

A igualdade de oportunidades em todos os setores, incluindo a educação foi oficialmente expressa pela ONU em 1981 com a proclamação do Ano Internacional das Pessoas Deficientes e novamente reconhecido em 1983 com publicação do Programa Mundial de ação relativo às Pessoas com Deficiência (SASSAKI, 2010).

Sendo assim, a educação especial e inclusiva não se refere apenas a uma modalidade de formação educacional para o atendimento da pessoa com deficiência. Disponibiliza os recursos (pedagógicos e de acessibilidade) necessários para o efetivo desenvolvimento de todas as atividades oferecidas pela instituição de ensino, que por sua vez devem eliminar qualquer barreira de acesso aos ambientes e serviços ou produtos oferecidos (SILVA; SPUDEIT, 2020).

Para que esses recursos citados acima sejam efetivados, se faz importante a presença da tecnologia, que desempenha estratégias acessível para todos. Aqui, vale destacar o papel do bibliotecário como agente facilitador do acesso à informação e conhecimento e inclusão social. A interação entre o acesso à informação e ao conhecimento pelas bibliotecas é importante para o desenvolvimento do aprendizado das pessoas com deficiência (SILVA; SPUDEIT, 2020).

Porém, isso só é possível: nos aspectos de acessibilidade atitudinal, de comunicação, digital e arquitetônicos. Para sua concretização é necessário adotar uma política com parâmetros de acessibilidade para as atividades

práticas do bibliotecário orientando-o no desenvolvimento dos serviços e produtos da biblioteca para que esta seja promotora da educação inclusiva no ambiente acadêmico (SOUZA, 2016, p. 85).

Dentre as políticas pedagógicas de inclusão, cita-se o uso do Braille, as salas de leituras, estudo dessa pesquisa, as quais têm como escopo criar um processo de inclusão das práticas inclusivas, aliada ao acesso à informação, na perspectiva que a educação especial garanta os direitos constitucionais, como elemento essencial para o desenvolvimento da sociedade.

2.1 Sistema Braille no Brasil

Braille é um sistema de escrita e de leitura tátil indispensável para a educação de cegos, tornando-se uma ferramenta de inclusão socioeducativa. Surgiu na Europa, especificamente na França, no ano de 1825, através de um aluno da escola de cegos, chamado Louis Braille. Sua invenção logo ganhou notoriedade pela importância (SANTOS JUNIOR, 2020).

A trajetória para obtenção de um sistema de escrita que atendesse às necessidades das pessoas com deficiência visual, decorreu da perda de visão de Louis Braille, a qual passou a frequentar a primeira escola para cegos no mundo, fundada no ano de 1784, na cidade de Paris, denominada Instituto Real dos Jovens Cegos.

O Sistema Braille é um código universal de leitura tátil e de escrita, usado por pessoas cegas, inventado na França por Louis Braille, um jovem cego. Reconhece-se o ano de 1825 como o marco dessa importante conquista para a educação e a integração dos deficientes visuais na sociedade (CANEJO, 2018, p. 5).

Na Europa, em 2018, foi realizada uma pesquisa pela Rádio França Internacional (RFI), onde destaca que, apesar do Braille ter se originado na França, apenas 12% dos deficientes visuais utilizam o código de leitura e escrita no país. Esse número é um pouco à frente da população de cegos existentes no local e expressa o baixo uso do Braille por parte desse grupo, visto que 88% dos cegos não utilizam esse sistema (SANTOS JUNIOR, 2020).

Na criação do sistema Braille, uma peça foi fundamental: a técnica criada por um militar, isto é, “Barbier de La Serre, oficial do exército francês, criador de um sistema de sinais em relevo denominado sonografia ou código militar” (CANEJO 2018, p. 4). O invento tinha como objetivo possibilitar a comunicação noturna entre oficiais nas campanhas de guerra. Por ser um sistema que atendia às necessidades dos

cegos, passou-se a ser utilizado em várias partes do mundo. No Brasil, o sistema de Barbier de La Serre foi adotado a partir de 1854, com a criação do Imperial Instituto dos Meninos Cegos, hoje Instituto Benjamin Constant.

De acordo com Lucy (1978), o sistema Braille, originado por Louis, em 1825, foi utilizado no Brasil até a década de 1940. Ao longo do tempo, diversas instituições começaram a expandir o sistema por todo o território nacional. Atualmente, até o ano de 2021, não foi localizado nenhum dado em relação às instituições que se dedicam à criação e à (re)produção dos livros em Braille.

Do ponto de vista histórico, a utilização do Sistema Braille no Brasil pode ser abordada em três períodos distintos, conforme apresentado no Quadro 1.

Quadro 1– Três períodos históricos para o Braille no Brasil.

Ano	Acontecimento
1854 a 1942	Braille foi adotado no Imperial Instituto dos Meninos Cegos, hoje, Instituto Benjamin Constant (IBC), sendo assim, a primeira instituição na América Latina a utilizá-lo. No Brasil, utilizando-se praticamente toda a simbologia usada na França. Passa-se a usar o código internacional de musicografia Braille.
1942 a 1963	Passa-se a mudar algumas simbologias Braille no Brasil. Para atender à reforma ortográfica da Língua Portuguesa de 1942, o antigo alfabeto Braille de origem francesa foi adaptado às novas necessidades de nossa língua, especialmente para a representação de símbolos indicativos de acentos diferenciais.
1963 a 1995	Em 05 de janeiro de 1963 foi assinado um convênio luso-brasileiro, entre as mais importantes entidades dos dois países, para a padronização do Braille integral (grau 1) e para a adoção, no Brasil, de símbolos do código de abreviaturas usado em Portugal. Na matemática o acréscimo de símbolos Braille aplicáveis à teoria de conjuntos.

Fonte: Adaptado de Lemos e Cerqueira (2014, p. 2 e 3).

Além disso, tanto o Sistema Braille quanto o Código de Abreviaturas, criado pelo professor José Espínola Veiga, foram estabelecidos no Brasil por meio da Portaria n. 552, de 13 de novembro de 1945. Todavia, observa-se que este último entrou em desuso posteriormente (LEMOS; CERQUEIRA, 2014).

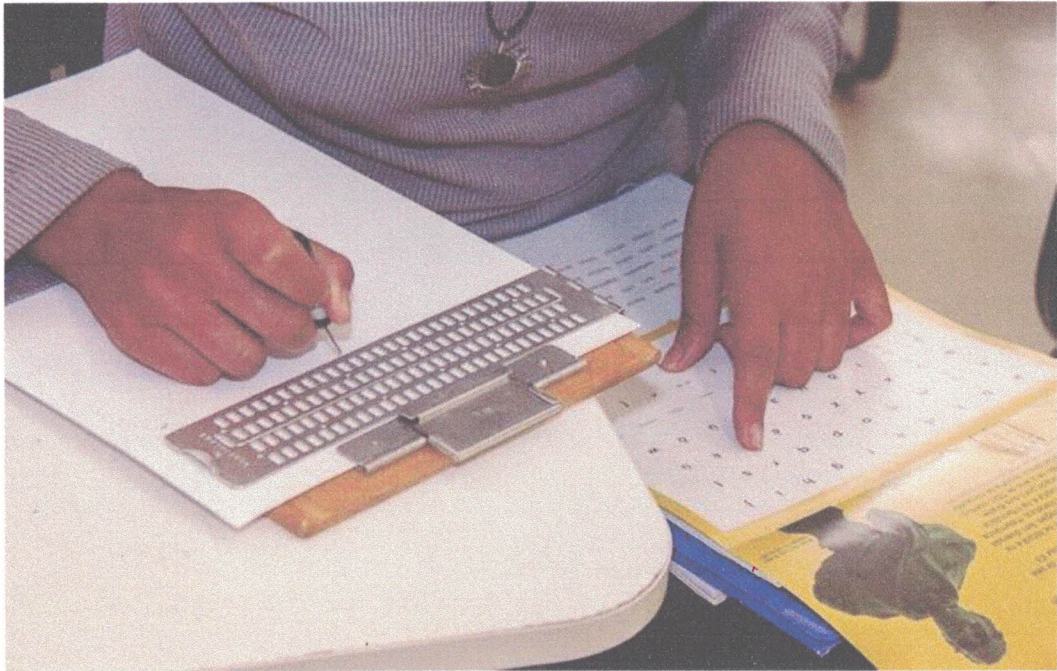
Contudo, com a vigência da Lei n. 4.169, de 4 de dezembro de 1962, oficializou-se as convenções Braille para uso na escrita e leitura dos cegos, além de um código de contrações e abreviaturas (BRASIL, 1962). Lemos e Cerqueira (2014, p. 2) destacam que ao longo de “[...] todo este período, o Brasil participou dos esforços do Conselho Mundial para o Bem-Estar dos Cegos (hoje, União Mundial de Cegos) para a atualização e a unificação do Sistema Braille [...]”.

Em relação ao uso, Nagahashi e Felipe (1995) afirmam que o Braille é um sistema de leitura tátil e escrito para pessoas com deficiência visual ou totalmente sem a visão. Esse sistema está arranjado em seis pontos em pequeno relevo,

organizados em duas colunas de três pontos, os seis pontos compõem o que se conhece por “cela Braille”, conforme a figura 1. Ainda de acordo com os autores

Reglete corresponde a uma régua dupla, que abre e fecha com apoio de dobradiças no canto esquerdo, e em cuja abertura é destinada ao papel, sendo fixado entre a régua superior e a inferior. Na régua superior, encontramos retângulos vazados, cada um compreendendo seis pontos, na disposição de uma ‘ela’ Braille e na inferior, podemos encontrar várias “celas” Braille todas em baixo relevo (NAGAHASHI; FELIPPE, 1995, p. 61).

Figura 1 – Pessoa utilizando Sistema Braille e uma reglete.



Fonte: Prado/Secom UnB (2017).

Ponto a ponto, a pessoa portadora de problema de visão (cegueira) desenvolve o símbolo Braille referente às letras, algarismos ou abreviações aspiradas com o auxílio da punção, mencionada anteriormente. Além da reglete o Braille ainda pode ser feito por meio de máquinas específicas de datilografia de sete botões, em que cada um se refere a um ponto e ao espaço (BRASIL, 2018).

O papel é fixado e envolvido em rolo comum, escorregando normalmente na medida em que é apertado o botão de modificação de linha. O contato de uma ou mais teclas concomitantemente determina a organização dos pontos em alto relevo, de acordo com o caractere desejado. O sistema é determinado da esquerda para a direita de modo que possa ser lido naturalmente sem a remoção do papel da máquina (NAGAHASHI; FELIPPE, 1995).

As tipografias Braille lançam os seus livros empregando máquinas com caracteres análogas às máquinas características de digitação, sendo, contudo, elétricas. Essas máquinas consentem a composição escrita do Braille em matrizes metálicas. Essa escrita é perpetrada em ambos os lados da matriz, consentindo a impressão do sistema nos dois lados do papel (APADEV, c2021; BELARMINO, 1995/1997).

Este tipo de sistema é conhecido como o Braille intercortado, ou seja, os pontos são arrançados de modo que o que for impresso de um lado não chegue a coincidir com os pontos do outro lado, admitindo assim uma interpretação e leitura frequente, um total aproveitamento do papel, encurtando o volume dos livros datilografados no sistema Braille. Todavia, modernos recursos para a manufatura do Braille vêm sendo utilizados mediante os avanços da tecnologia.

O acesso à informação escrita a partir da invenção e adoção do sistema Braille, essa foi, de fato, a chave que permitiu aos indivíduos cegos uma perspectiva de vida dentro das fronteiras da 'normalidade'. Essa é a chave que os tem conduzido (em pequeno número, é bem verdade) ao núcleo da sociedade pós-industrial, no contato com sua matéria mais básica e mais importante: a informação (BELARMINO, 1995/1997, p. 84).

Entende-se com esta doutrina, no que tange à informação escrita partindo do advento e perfilhação do sistema Braille juntamente com o processo de socialização, que o sistema Braille passa a ser fabricado através da automatização por meio dos recursos dos computadores desenvolvendo-se mundialmente.

É necessário ressaltar que a Conferência Geral da Organização das Nações Unidas a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), permitiu a chamada de reuniões de várias regiões para sofisticar um sistema Braille de forma única para transliteração das inúmeras línguas que empregam o alfabeto, entretanto distintas conferências regionais efetivadas também se reuniram para a conglobação do sistema Braille transliterado para a língua portuguesa e espanhola, achegando também ao Brasil (FREIRE, 2001).

Para os portadores de cegueira, este tipo de leitura apresenta uma significação distinta. Freire (2001) destaca ainda que a leitura escrita tem sua importância e que ela é fundamental, pois para o deficiente visual o toque em um componente é considerado um modo de leitura. Em se tratando do Sistema Braille os pontos significam letras e números.

2.1.1 O Braille e a Inclusão Social

Para Fontana e Vergara (2006), a Inclusão Social é um dos temas que está presente nas pautas de governos, Organizações Não Governamentais (ONGs), grupos de educadores e da sociedade, “[...] o fato é que vários projetos têm surgido com o fim último de incluir mais e mais os desfavorecidos no mercado de trabalho, na escola, nos meios digitais e na convivência social como um todo.” (FONTANA; VERGARA, 2006, p. 1). Além disso, os autores explicam que o conceito de Inclusão Social teve seu início na década de 1950 por meio de órgãos e instituições importantes, como a Organização das Nações Unidas (ONU). Tem-se que

Inclusão social é um conceito que começou a se gestar desde 1950 em órgãos e instituições como a ONU, e que engloba uma série de projetos, políticas, leis, serviços, etc., voltados, inicialmente, a atender pessoas com necessidades especiais, visando a sua integração na sociedade, por meio da educação e do trabalho digno (FONTANA; VERGARA, 2006, p. 2).

A inclusão social tem como intuito promover a locomoção da pessoa portadora de deficiência pela cidade, assim como tornar a sociedade um meio adequado de convivência entre todas as pessoas, independente do seu tipo de inteligência e de suas dificuldades, garantido seus direitos, respeitando-se as necessidades individuais (SANTOS JUNIOR, 2020).

Com o tempo, o termo inclusão também passou a ser utilizado para falar dos grupos desfavorecidos, como as mulheres, às minorias étnico-raciais, os pobres e miseráveis, com o avanço das políticas passou-se a beneficiar pessoas que, por diferentes motivos, não têm acesso aos meios de comunicação e à informática e, em virtude disto, acabam ficando apartadas dos atuais processos de evolução social (FONTANA; VERGARA, 2006, p. 2).

É nesse contexto que entra as ferramentas que estão sendo criadas para a inclusão de pessoas com deficiência visual, sendo assim, aqui se faz importante entender o significado de deficiência visual primeiro. De acordo com Fontana e Vergara (2006), os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) de 1998, dividem a deficiência visual em duas patologias: a cegueira e visão reduzida, sendo a primeira referente a perda da visão em ambos os olhos, o que leva o indivíduo a necessitar do método Braille como meio de leitura e escrita.

No entanto, a visão reduzida possui uma medida visual entre 6/20 e 6/60, no melhor olho, após correção, “[...] sob o enfoque educacional, trata-se de resíduo visual que permite ao educando ler impressos a tinta, desde que se empreguem recursos didáticos e equipamentos especiais” (FONTANA; VERGARA, 2006, p. 2).

De acordo com Blaczyk, Kujawa e Martins (2020) as ferramentas podem promover novas alternativas de comunicação, atribuir real significado a todo o processo de aprendizagem, provocando a curiosidade dos estudantes e desenvolvendo novas habilidades. Desse modo, para aproximar o deficiente visual do meio acadêmico, uma das ferramentas abordadas nesse contexto é a própria escrita Braille (FONTANA; VERGARA, 2006). Para Canejo (2018):

O sistema Braille é constituído por 63 combinações que representavam todas as letras do alfabeto, além de acentuações, pontuações e sinais matemáticos. Constituindo assim um novo sistema que leva o seu nome. A partir daí, em 1825, seu autor desenvolveu estudos que resultaram, em 1837, na proposta que definiu a estrutura básica do sistema, ainda hoje utilizada mundialmente (CANEJO, 2018, p, 5).

Dentre algumas iniciativas de inclusão social em relação a produção de livros, destaca-se a Fundação Dorina Nowill para Cegos, de caráter filantrópico e sem fins lucrativos, a organização atua há mais de 70 anos na inclusão de pessoas cegas e com baixa visão por meio da produção e distribuição de livros em braille, áudio e digital, tanto para o público em geral e para as escolas, bibliotecas e demais organizações no Brasil.¹

No mais, outra ação importante é o projeto Livro Acessível, criado em conjunto com o Sindicato Nacional dos Editores de Livros (SNEL) e o Ministério Público Federal, alinhado a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, no qual configura a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. O projeto considera como livros acessíveis os arquivos digitais que possam ser reconhecidos e utilizados por programas de acessibilidade, como os leitores de tela e outras aplicações que permitam a livre leitura de voz, ampliação do texto e diversos recursos². Em 2022, aproximadamente 50 editoras aderiram ao Termo do Ajustamento de Condutas (TAC)³.

Conforme Fontana e Vergara (2006), outra possibilidade de acesso à educação são as audiotecas visuais. Esses espaços se aproximam, em termos de estruturas, às bibliotecas e possuem em seus acervos documentos digitais gravados em CDs (*Compact Disc*) ou outro dispositivo de vídeo/áudio, contendo obras literárias ou

¹ FUNDAÇÃO DORINA NOWILL. **Quem somos**. Disponível em: <http://fundacaodorina.org.br/a-fundacao/quem-somos/> Acesso em 18 abr. 2022.

² SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS. **Livro Acessível**. Disponível em: <https://livroacessivel.org.br/livro-acessivel> Acesso em 18 abr. 2022.

³ SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS. **Editoras Aderentes**. Disponível em: <https://livroacessivel.org.br/livro-acessivel> Acesso em 18 abr. 2022.

técnicas que ajudam no processo educacional das pessoas com deficiência visual (FONTANA; VERGARA, 2006).

[...] o audiolivro pode representar uma forma de auxiliar o sujeito portador de uma deficiência visual, no que diz respeito à prática de leitura; porém, não atua como um substituto do livro em Braille, o qual é usado no processo de alfabetização desses sujeitos. Reconhecendo-o como um recurso informacional capaz de proporcionar aos portadores de algum tipo de deficiência visual o acesso a diversos assuntos, o audiolivro permite maior autonomia, interatividade e participação desses com as tecnologias da informação (FARIAS, 2012, p. 32)

Com o avanço dos meios digitais para disponibilizar a informação, novas possibilidades para a inclusão de pessoas com deficiência visual passaram a ser implantadas em quase todo o mundo, possibilitando mais ainda aprimorar as técnicas atuais de aprendizagem, principalmente por meio de recursos tecnológicos como sintetizadores de voz, leitores de tela e as ferramentas disponíveis na internet, proporcionando novas alternativas durante a aprendizagem (FONTANA; VERGARA, 2006).

Entretanto, é necessário destacar aqui, uma abordagem acerca da Sala de Leitura, ou seja, o hábito da leitura para desenvolvimento da criança é fundamental, em que o indivíduo passa a ser incluso na sociedade, tal processo desenvolve-se na Sala de Leitura, seja com pessoas com baixa visão ou nenhuma visão.

3 RECURSOS INFORMACIONAIS

Para Le Coadic (1996, p. 5), a “[...] informação é um conhecimento inscrito (gravado) sob a forma escrita (impressa ou numérica), oral ou audiovisual”. De acordo com o autor, essa inscrição é realizada por meio dos signos: alfabético, palavras, sinais de pontuação, dentre outros, para que atinja o objetivo inicial da informação, sendo “[...] a apreensão de sentidos ou seres em sua significação, ou seja, [...] o conhecimento” (LE COADIC, 1996, p. 5).

As fontes de informação são geralmente utilizadas por pesquisadores, acadêmicos (docentes e discentes), e, usuários comuns. No entanto, com a grande quantidade de informação disponível é preciso saber onde buscar as fontes de informação que atendam às necessidades de informação de todos esses usuários (BAGGIO; COSTA; BLATTMANN, 2016, p. 33).

Desse modo, os dados informacionais encontram-se em inúmeros formatos através de diversos canais de informação, o que possibilita o surgimento de recursos que facilitam a busca desses itens, como as Fontes de Informação (BAGGIO; COSTA; BLATTMANN, 2016). Segundo Grogan (1970 apud Cunha, 2001) as fontes de informação podem ser listadas em três categorias, como observadas no quadro abaixo:

Quadro 2 – Fontes de Informação.

Categoria	Conceito	Documentos
Fontes primárias	Contém principalmente novas informações, ideias e conceitos. Sua apresentação pode variar desde registros de observações até os documentos descritivos, como a literatura comercial, por exemplo.	Congressos e conferências; Legislação; Nomes e marcas comerciais; Patentes; Periódicos.
Fontes secundárias	Possuem informações sobre os documentos primários e são organizados conforme um plano. São apresentados como organizadores das fontes primárias e guiam os usuários para a sua utilização eficiente.	Biografias; Bibliografias e índices; Banco de dados; Internet. Livros.
Fontes terciárias	Seu objetivo é guiar o usuário durante as pesquisas nas fontes primárias e secundárias, portanto, não possuem como foco levantar nenhum assunto inovador, apenas sinalizam a localização ou indicam os documentos primários e secundários.	Bibliografias de bibliografias; Bibliotecas; Financiamento e fomento à pesquisa; Revisões de Literatura.

Fonte: Adaptado de Grogan (1970) apud Cunha (2001).

No desenvolvimento das atividades de ensino, é importante saber como localizar e utilizar as fontes de informação, logo torna-se um diferencial de qualidade. O uso de várias fontes em pesquisa permite conseguir informações importantes na formulação de ideias e no desenvolvimento de autonomia para a obtenção do conhecimento (FAQUETI; VANIN; BLATTMANN, 2005).

O uso de várias fontes em pesquisa permite conseguir informações importantes na formulação de idéias e no desenvolvimento de autonomia para a obtenção do conhecimento. Os alunos serão mais capazes de selecionar as informações relevantes conforme suas necessidades (BUENO, 2009, p. 71).

Conforme Bueno (2009), as fontes mais utilizadas durante a educação fundamental podem ser apontadas como: literatura infantil e infanto-juvenil; obras de referência; periódicos; arquivos multimeios; acervo técnico e a Internet em si. Nesse cenário, o bibliotecário torna-se um profissional de grande importância, visto que durante a administração e vivência dos espaços de aprendizagem, o mesmo promove uma melhor utilização do ambiente educativo, principalmente no que se refere ao uso das fontes de informação. De acordo com a autora, os recursos e fontes informacionais são importantes para

[...] o ensino; seu uso regular, adequado e apropriado, é requisito indispensável para a obtenção do sucesso no processo de aprendizagem. Na área escolar, as fontes de informação têm significativa importância no desenvolvimento do processo de aprendizagem. Para isso, o indivíduo precisa conhecer e saber utilizar diversas fontes (BUENO, 2009, p.15).

3.1 Recursos informacionais da Sala de Leitura da Escola Estadual de Cegos Cyro Accioly

A inclusão das pessoas com deficiência exige que sejam derrubadas as barreiras que insistem em dificultar o acesso desses cidadãos aos mais diversos setores da sociedade como educação, cultura, esporte, lazer entre outros. Essas barreiras podem ser físicas ou atitudinais e precisam ser vencidas com ações permanentes para dar acesso aos direitos garantidos em lei, visando a igualdade de oportunidades para todos.

Nesse estudo, enfatiza-se o uso dos recursos informacionais pelos deficientes visuais e as possibilidades de inclusão educacional e cultural a serem promovidas por esses meios. De acordo com o Ministério da Educação (2007) é necessário que seja observada a diferença entre cegueira e baixa visão, com o intuito de direcionar os materiais a serem utilizados nas instituições de ensino, bem como a aplicação de metodologia para os conteúdos que serão aprendidos pelos alunos deficientes visuais.

A educação inclusiva tem o objetivo de favorecer o acesso educacional do aluno com deficiência, orientando a escola para que ela seja capaz de promover o ensino com adaptações que favoreçam seu pleno desenvolvimento, junto aos demais alunos. Para tanto, a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da

Educação Inclusiva, pertencente ao Ministério da Educação (2008) norteia a inclusão educacional de pessoas com deficiência no Brasil.

Ademais, antes de ser abordado os recursos informacionais da Sala Leitura, faz-se necessária uma breve apresentação do espaço. A Sala de Leitura foi fundada no ano de 2006 e atualmente o educador responsável no ambiente atua de segunda-feira a sexta-feira, das 8h às 12h, com horário marcado por aluno. O espaço é climatizado, possui à disposição dois computadores com função do sistema DOSVOX, que será apresentado em seguida e uma mesa redonda para discussões.

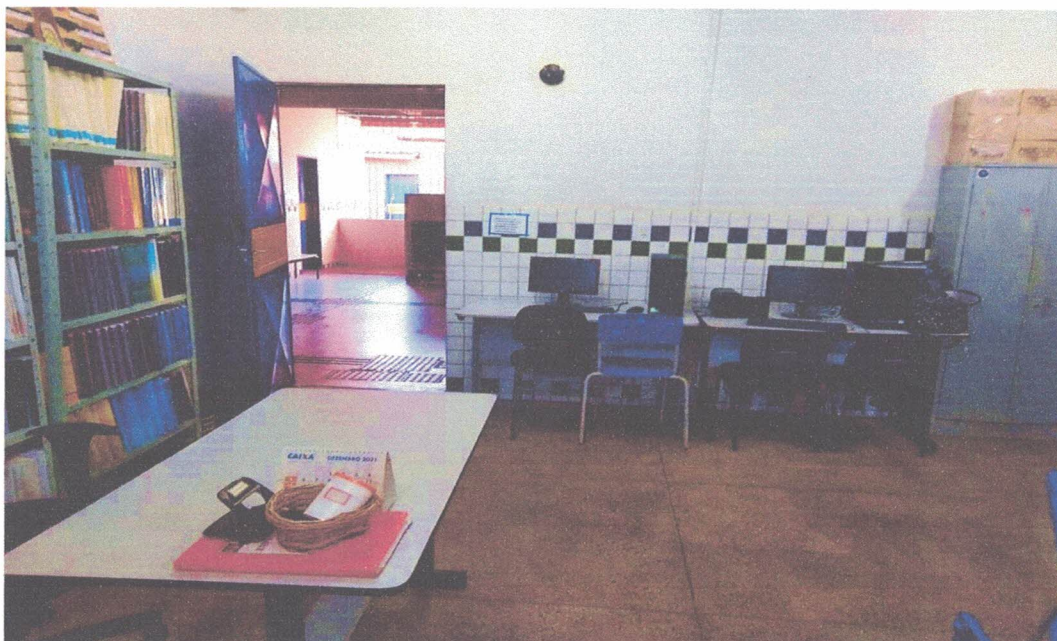
Figura 2 – Sala de Leitura.



Fonte: Elaborado pela autora (2021).

Atualmente, a sala de leitura possui um catálogo não automatizado com cerca de 2.550 mil itens, sendo estes: Literatura, Literatura Infanto-juvenil, Livros didáticos, Religião, Legislação e Pesquisa, distribuídos em livros em Braille (740), livros em Tinta e tamanho ampliado (940) e livros em Áudio (870).

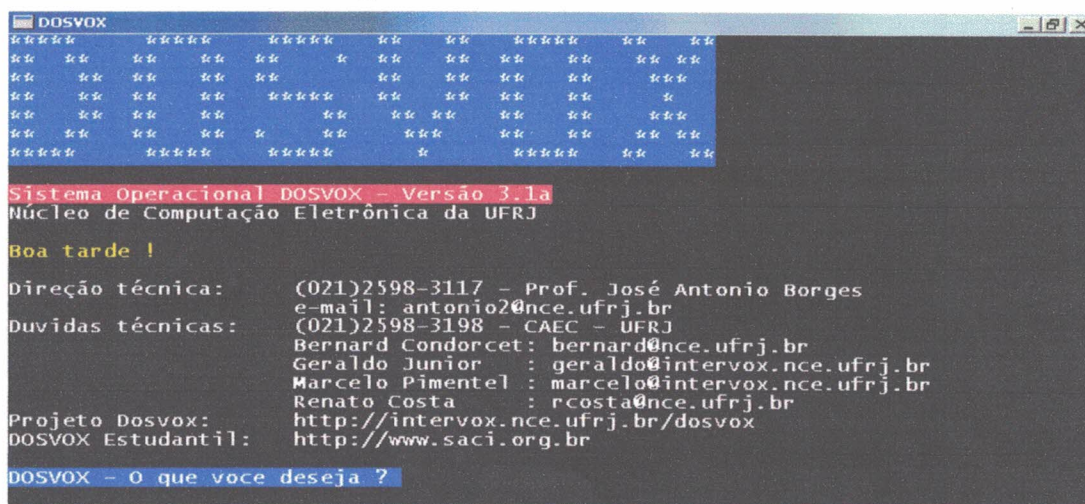
Figura 3 – Computadores com Sistema DOSVOX.



Fonte: Elaborado pela autora (2021).

Assim, considerando a necessidade dos alunos com Deficiência Visual de acessibilidade à comunicação e o direito de ampliar seus conhecimentos, são disponibilizados recursos informacionais como livros em Braille e com letras ampliadas, leitura em áudio e *softwares*, como o DOSVOX⁴ para auxiliar nas pesquisas e demais atividades da Sala de Leitura da Escola Estadual de Cegos, Cyro Accioly.

Figura 4 – Tela do Sistema DOSVOX.



Fonte: Instituto Tércio Pacitti de Aplicações e Pesquisas Computacionais (2000).

⁴ “O DOSVOX é um sistema para microcomputadores da linha PC que se comunica com o usuário através de síntese de voz, viabilizando, deste modo, o uso de computadores por deficientes visuais, que adquirem assim, um alto grau de independência no estudo e no trabalho.” (BORGES, 2002)

Nesse sentido, ao conhecer, identificar, analisar e avaliar o que é oferecido ao leitor deficiente visual (cego e baixa visão), numa sala de leitura, leva-se em conta como se dá o acesso aos recursos informacionais para esses alunos no ambiente escolar, observando-se os estudos de biblioteca inclusiva contidos em Silva (2020). Logo, visa-se as possibilidades do uso desses recursos de forma concreta em ambiente favorável.

A acessibilidade aos meios de inclusão em educação e outras áreas, é um direito garantido em lei, conquistado em pleitos há décadas e que não pode ser negado, principalmente neste século em que as tecnologias favorecem a inclusão de todos os alunos, independente de qual seja a deficiência. Assim, a proposta de inclusão do uso dos recursos informacionais nas escolas precisa ser uma realidade efetiva e acessível a todos.

3.2 A importância da leitura

Para Bernheim e Chauí, (2008, p. 131) “A leitura constante ajuda a desenvolver familiaridade com a escrita. A proximidade com o mundo da escrita, por sua vez, facilita a alfabetização e ajuda em todas as disciplinas”. Isso significa dizer que no aprendizado escolar é fundamental o livro didático. Por sua vez, a leitura será fundamental porque auxilia na fixação da grafia adequada das palavras (BERNHEIM; CHAUI, 2008).

Desse modo, a leitura, quando incentivada desde cedo, favorece para que o indivíduo se torne muito mais organizado para os estudos, para os afazeres e para a vida. Nesse sentido, a relação com os livros pode transformar o futuro das crianças. Por outro lado, Bernheim e Chauí (2008) advertem que as tecnologias tão presentes no dia a dia colaboram para que os jovens abandonem a leitura de livros.

A leitura, além de proporcionar prazer, permite ainda a aprendizagem de outros saberes e fazem com que o indivíduo desenvolva suas capacidades e habilidades. Desta forma,

A leitura é algo importante para a aprendizagem do ser humano, pois é através dela que podemos enriquecer e acrescentar nosso vocabulário, obter conhecimento, dinamizar o raciocínio e a interpretação. Muitas pessoas dizem não ter paciência para ler um livro, portanto, isso acontece por falta de gosto, pois se a leitura fosse um hábito, as pessoas saberiam apreciar uma boa obra literária, por exemplo (LEMOS; CERQUEIRA, 2003, p. 10).

Muitas coisas que aprendemos nas escolas são esquecidas com o tempo, pois não existe a prática das mesmas. Contudo, quando mantemos o hábito da leitura constante, as informações tendem a não ser esquecidas no futuro. Quando a leitura é estimulada na infância, a criança passa a entender que este exercício é algo admirável e prazeroso. Assim sendo, ela se tornará num adulto instruído com capacidade de desenvolver seu próprio senso crítico. Somente a prática da leitura oferece a capacidade de compreensão aos educandos.

3.2.1 Sala de leitura para pessoas com baixa visão ou cegas

Para as pessoas consideradas cegas que efetuam o processo de aprendizagem por meio dos sentidos remanescentes, ou seja, os cinco sentidos (visão, audição, olfato, paladar e tato), destaca-se o emprego do Sistema Braille que é o fundamental meio de comunicação de grafia e leitura (BRASIL, 2001). O processo educativo para as pessoas com baixa visão ou cegas se amplia, sobretudo, por meios visuais, ainda com o auxílio de recursos específicos (BRUNO, 1997 apud ROMAGNOLLI, c2021, p.8).

Atualmente, as pessoas com problemas de baixa visão conseguem contar com subsídios ópticos como, lentes de distintos tipos, lupas e telescópios, bem como, usufruir de subsídios não ópticos, tais como, caderno com moderas mais espessas, tiposcópio, aumento de livros, entre outros. Elas contam também com o Sistema de Circuito Fechado de Televisão (CCTV) que é uma solução para aquelas pessoas que precisam de ampliação maior do que os óculos conseguem promover (BERNHEIM; CHAUFÍ, 2008).

A Sala de leitura precisa ter suas ocupações voltadas para uma recepção de qualidade, proporcionando serviços e solucionando as necessidades de comunicação e informação dos usuários cegos e com baixa visão, ou seja, os portadores de deficiências visuais necessitam serem introduzidos nesse tipo de recepção, obtendo a garantia de satisfação ao buscarem aquele espaço.

Além da facilidade de acesso e adequação proporcionada pelas escolas, é respeitável que se tenha uma responsabilidade por parte dos profissionais da educação em se habilitarem para assistir bem a esse público, permitindo uma melhor aprendizagem do aluno.

Deve-se levar em consideração que as pessoas com deficiência sentem discriminações em determinadas situações, por não obterem o acesso de modo mais autônomo às informações, no que tange as salas de leitura e as bibliotecas. Lemos e Cerqueira (2003) apontam que, conforme o Decreto nº. 3.956, de 8 de outubro de 2001, é estabelecido o acordo interamericano para a supressão de todas os meios de discriminação contra pessoas portadoras de algum tipo deficiência.

Segundo o artigo 15, referente às Convenções e Declarações da ONU sobre a Pessoa com Deficiência (c2021), assegura que as pessoas portadoras de deficiência apresentam os mesmos direitos compassivos e livres-arbítrios básicos que outras pessoas, levando em consideração ainda o direito de não serem sujeitas à discriminação em virtude de sua deficiência.

Ainda de acordo com estes autores, os sistemas educativos estão sofrendo transformações, ou seja, estão cada vez mais inclusivos, com abolição de obstáculos, permitindo o acesso à informação e ofertando oportunidades para que os estudantes possuam cada vez mais facilidade de acesso e uso. Assim, as pessoas

[...] com cegueira ou visão subnormal a efetivação do ato de leitura se dá no acesso às fontes de informação utilizando a escrita Braille, "livro falado" e os sistemas leitores de documentos eletrônicos desenvolvidos para as pessoas que têm acesso às tecnologias de comunicação e informação (TICs) (LEMOS; CERQUEIRA, 2003, p. 8).

Torna-se relevante, de acordo com Fialho e Silva (2012), que o espaço informacional se atente a todos os cuidados que precisam ser tomados em relação às pessoas com deficiência, visto que o cenário contrário poderá ocasionar comprometimento na experiência do usuário frente aos recursos disponíveis, devido a um desconforto desnecessário tanto para o usuário quanto para o profissional da informação.

Lemos e Cerqueira (2003) destacam ainda que quando seguidas as necessidades das salas de leitura para receber e tornar acessíveis a recepção dos deficientes visuais espera-se que essas estejam colaborando para a inserção dessas pessoas na sociedade da comunicação e do conhecimento e, que as mesmas tenham suas necessidades educacionais atingidas. No entanto, para que isso aconteça é necessário existir uma preocupação voltada para esta realidade.

4 METODOLOGIA

A relevância da metodologia científica é compreendida para a construção das pesquisas, assim, para o embasamento do trabalho proposto. O projeto de pesquisa deve ser a base que sustenta a elaboração de um bom trabalho acadêmico, como a monografia, por exemplo (ALMEIDA, 2016).

Segundo Aragão e Neta (2017), não há uma única forma ou método para realizar um trabalho, e sim, diversos caminhos que buscam compreender as necessidades de cada pesquisa científica. Além disso, pesquisar com uma metodologia bem definida não significa produzir repetitivamente, e sim “[...] cultivar um espírito crítico, reflexivo, amadurecido, contribuindo para o progresso da sociedade”. (ARAGÃO; NETA, 2017, p. 10).

4.1 Tipo de pesquisa

A pesquisa desenvolvida, no que tange aos seus objetivos, é exploratória, pois se encontra com o objetivo de possibilitar, conforme Gil (2008), maior familiaridade com um problema, desta forma, ter contato com os(as) alunos(as) que utilizam a Sala de Leitura da Escola Estadual de Cegos Cyro Accioly.

A abordagem do trabalho é identificada como quali-quantitativa, pois buscou analisar os diversos fatores que poderiam ser quantificáveis e apresentados por meio de gráficos, e qualitativa pois, segundo Gil (2008) não existe uma predefinição para orientar o pesquisador visto que a análise dependerá exclusivamente do mesmo. Do ponto de vista dos procedimentos, considerou-se o estudo de caso e o levantamento bibliográfico.

O estudo de caso foi realizado na Escola Estadual de Cegos Cyro Accioly, especificamente no âmbito da Sala de leitura que se caracteriza como um espaço pouco acolhedor aos seus usuários, tendo como limitados o acervo, os aparatos tecnológicos e a estrutura arquitetônica. Destarte, buscou-se por meio da literatura da área, fontes sobre a temática abordada, isto é, a pesquisa ou levantamento bibliográfico que sustentou a parte teórica deste trabalho.

Além disso, buscou-se por meio da literatura da área, fontes sobre a temática abordada, ou seja, a pesquisa ou levantamento bibliográfico que sustentou a parte teórica deste trabalho, abarcando artigos científicos, trabalhos de conclusão curso

(TCC) e dissertações, após a busca eletrônica foi realizado uma análise criteriosa para selecionar os estudos que melhor abordassem a temática.

Para seleção dos trabalhos para a fundamentação teórica, foram utilizados os seguintes critérios: 1) Publicações nos principais banco de dados: Portal de Periódicos da Capes, *Scielo*, e *Google Scholar*; 2) Idiomas: português; 3) Recorte temporal: o intervalo de tempo para a recuperação de dados foi de setembro de 2020, quando se deu início a essa pesquisa por meio do levantamento bibliográfico e teve sequência até janeiro de 2022, por consequência da pandemia do COVID-19.

4.2 Local da pesquisa - Escola Estadual de Cegos Cyro Accioly

A Escola Estadual de Cegos Cyro Accioly – localizada na Rua Dr. Pedro Monteiro, s/n - Centro, Maceió – AL, foi criada através do decreto nº 2.794 de 15 de junho de 1976, e incorporada ao Programa de Educação Especial da Secretaria Estadual de Educação e do Esporte com o objetivo de proporcionar o atendimento especializado aos alunos cego e de baixa visão (ALMEIDA, 2014).

De acordo com o Projeto Político Pedagógico (PPP), a escola atende em média 150 alunos da educação infantil a educação de jovens e adultos, além de possuir 60 funcionários para atender a demanda de todos os estudantes. Com a reforma e ampliação, o estabelecimento ganhou cinco novas salas destinadas ao atendimento psicológico, reeducação visual, escrita e leitura em Braille, atividades da vida diária e ampliação da secretaria escolar. A unidade utiliza-se da metodologia de atendimento diferenciado, proporcionando ao portador de necessidades especiais condições que favorecem sua integração com a sociedade.

Atualmente, é a única escola no Estado de Alagoas que trabalha com deficientes visuais que moram na capital e no interior. A escola promove atendimento psicológico aos alunos e aos familiares e oferece ainda atendimento de reabilitação da leitura e escrita Braille, atividades da vida diária, além de informática, aulas de violão, escrita cursiva e práticas esportivas. Dessa forma, os serviços existentes na sala são: leitura em áudio, áudio descrição, contação de história, leitura em letras ampliadas e em Braille e pesquisa em geral.

4.3 Coleta de dados

A coleta de dados é o meio pelo qual o pesquisador obtém os dados necessários para realização de sua pesquisa. Sendo assim, o instrumento escolhido foi a aplicação de um formulário (apêndice B). Como técnica de coleta de dados, foi utilizada a entrevista estruturada, visto que esse tipo de entrevista acontece por meio de perguntas em uma relação fixa sem alteração da ordem das questões, também pode ser conhecida como questionário ou formulário (GIL, 2008).

[...] Por possibilitar o tratamento quantitativo dos dados, este tipo de entrevista torna-se o mais adequado para o desenvolvimento de levantamentos sociais. Entre as principais vantagens das entrevistas estruturadas estão a sua rapidez e o fato de não exigirem exaustiva preparação dos pesquisadores, o que implica custos relativamente baixos. Outra vantagem é possibilitar a análise estatística dos dados, já que as respostas obtidas são padronizadas. Em contrapartida, estas entrevistas não possibilitam a análise dos fatos com maior profundidade, posto que as informações são obtidas a partir de uma lista prefixada de perguntas (GIL, 2008, p. 113).

Entende-se o formulário como “[...] um dos instrumentos essenciais para a investigação social, cujo sistema de coleta de dados consiste em obter informações diretamente do entrevistado.” (MARCONI; LAKATOS, 2003, p. 212). Nesse sentido, as respostas dos envolvidos nessa pesquisa, foram recolhidas por meio da aplicação desse instrumento de coleta de dados.

O formulário foi organizado com 12 perguntas elaboradas por meio do *Google Docs*, as quais foram lidas por meio do aplicativo de mensagem do *WhatsApp* na modalidade ligação e as respostas transcritas em tempo real, servindo como base para análise dos resultados dessa pesquisa.

Essa estratégia foi adotada em virtude da pandemia sanitária de COVID-19 que assolou o mundo nos últimos dois anos, tal fato dificultou em grande parte a realização do contato com os discentes da escola, sendo obtida a participação efetiva de dez alunos, que participaram entre os meses de junho e julho de 2021, caracterizando no período de coleta.

5 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

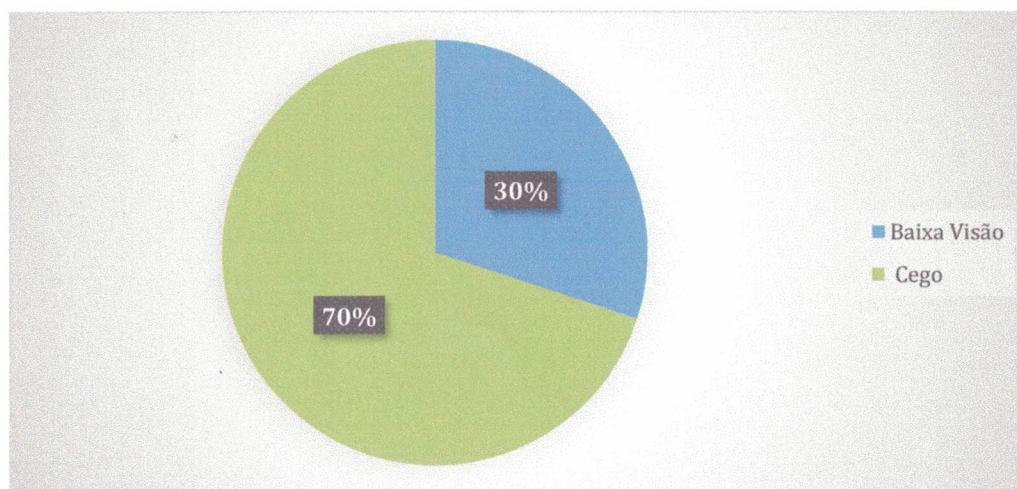
Os resultados aqui apresentados foram analisados considerando as percepções dos usuários acerca da Sala de Leitura, bem como a relevância da pesquisa no que tange aos recursos informacionais contidos neste ambiente para utilização dos usuários da Escola Estadual de Cegos Cyro Accioly.

No que concerne ao perfil dos respondentes foi possível constatar a partir dos dados coletados que 50% dos participantes da pesquisa são do sexo masculino e 50% do sexo feminino, possuem faixa etária compreendida entre 13 e 64 anos, e estão matriculados no ensino regular conforme determina a Lei nº 7.853/89.

Com relação ao grau de escolaridade dos respondentes, 50% possuem o ensino fundamental, 40% obtêm ensino médio e apenas 10% concluíram o ensino superior. No que se refere ao estado civil dos participantes da pesquisa, os dados demonstraram que 50% são solteiros(as), 20% dos respondentes divorciados(as), 20% são viúvos(as), enquanto 10% se declararam casados(as).

No que tange ao local de residência, constatou-se que os mesmos moram em vários bairros da cidade de Maceió - AL como: Village Campestre, Ponta Grossa, Clima Bom I, Jardim Petrópolis, Cleto Campelo, Chã da Jaqueira, Santa Lúcia e em municípios adjacentes como: Murici, Campo Grande e Jequiá da Praia, ou seja, todos pertencentes ao Estado de Alagoas. O primeiro ponto a ser levantado dentro da pesquisa estava relacionado ao grau de deficiência do usuário, pois na unidade não há apenas cegos, mas alunos com baixa visão, conforme é possível observar no Gráfico 1.

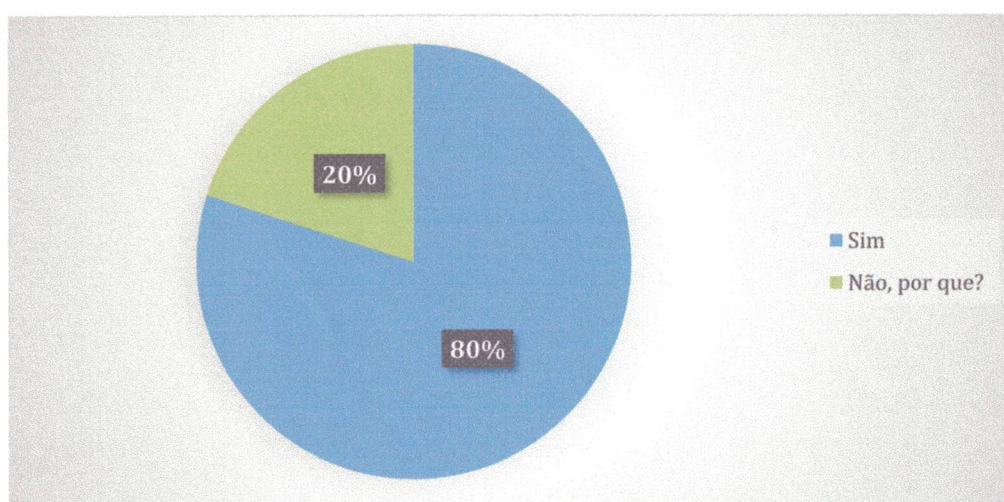
Gráfico 1 – Grau de deficiência – participantes da pesquisa.



Fonte: Dados da pesquisa (2021).

Desta forma, conseguimos constatar que 70% dos participantes são cegos coincidindo, assim, com os dados mais atualizados do censo demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2010, no qual consta 18,6% da população brasileira com algum tipo de deficiência visual, sendo 6,5 milhões com deficiência visual severa (BRASIL, 2018), enquanto 30% dos estudantes possuem baixa visão. Outro aspecto abordado dentro do formulário, trata-se da utilização da Sala de Leitura como demonstra o Gráfico 2.

Gráfico 2 – Utilização da Sala de Leitura – participantes da pesquisa.



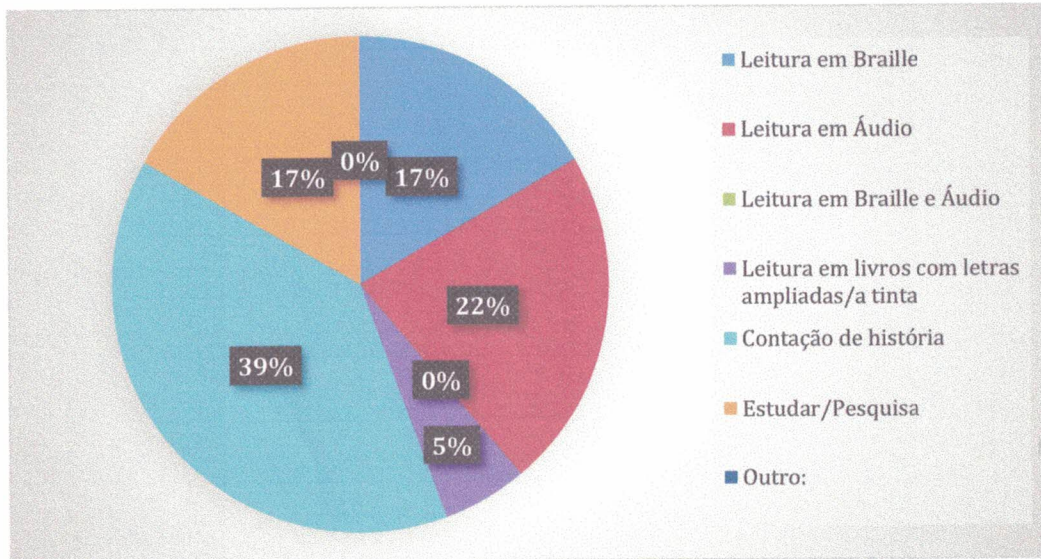
Fonte: Dados da pesquisa (2021).

Como observado no gráfico, 80% dos respondentes utilizam a Sala de Leitura, sendo 70% com uma frequência de até uma vez na semana e outros 10% com uma frequência média de duas a três vezes por semana. Os outros 20% dos usuários que responderam à pesquisa, não utilizavam a sala de leitura. Dentre as razões para o não uso da Sala de Leitura, constatou-se a falta de incentivo e o desconhecimento da existência deste ambiente dentro da unidade, ou seja, não sabiam que havia uma Sala de Leitura.

Assim, pode-se inferir a necessidade de maior promoção deste espaço para uma utilização do mesmo dentro da Instituição, com a criação de projetos de leitura, atividades complementares, treinamento para utilização dos recursos informacionais, dentre outros. Desse modo, é preciso criar um vínculo mais próximo da Sala de Leitura em relação aos alunos, para que seja desenvolvido efetivamente o hábito da leitura, visto a sua importância à vida cotidiana e durante todo o processo de aprendizagem

do estudante, contribuindo assim para o vocabulário, raciocínio e a interpretação do indivíduo (LEMOS; CERQUEIRA, 2003). Para adentrar um pouco mais na questão da finalidade do uso da Sala de Leitura, buscou-se conhecer os objetivos dos usuários em relação à sua frequência, apresentada no gráfico 3.

Gráfico 3 – Finalidade de uso da Sala de Leitura - participantes da pesquisa

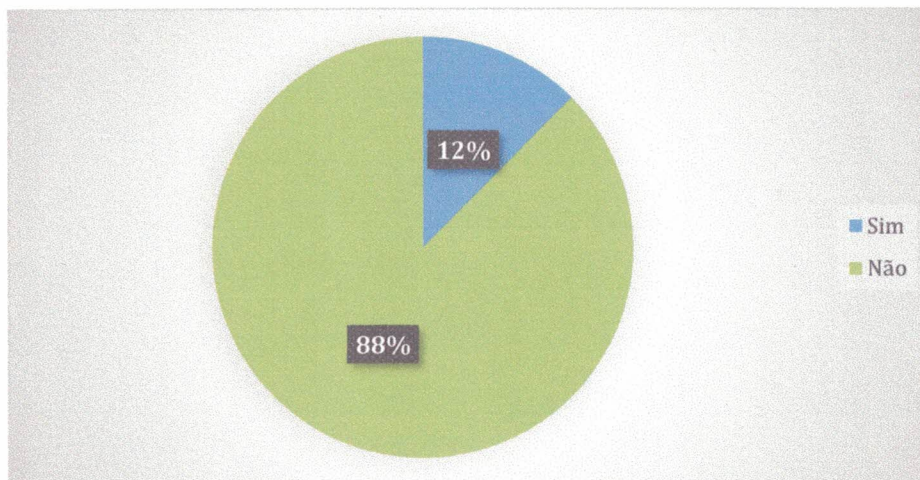


Fonte: Dados da pesquisa (2021).

De acordo com o gráfico 3, cerca de 39% dos que frequentam a Sala de Leitura, a utilizam em função da realização de contação de histórias que é realizada no espaço, em seguida têm-se a leitura em áudio com 22%, enquanto 17% usam a Sala para estudar, pesquisar ou outras atividades. Ademais, nenhum dos participantes optaram por leitura em Braille e áudio.

Segundo uma pesquisa realizada pela RFI em 2018, 88% dos indivíduos cegos não utilizam esse sistema na França. Além disso, segundo a União Mundial de Cegos, em 2019 apenas 5% dos livros nos países desenvolvidos são transcritos para o Braille, enquanto nos países subdesenvolvidos essa estatística chega a 1%, o que contribui para o baixo contato com o Sistema Braille. No Brasil, a transcrição dos livros em Braille ocorre majoritariamente em livros didáticos, devido ao custo do processo (TOKARNIA, 2019). No mais, os participantes não apontaram nenhum outro motivo para uso do espaço. O gráfico 4 apresenta as dificuldades relacionadas pelos respondentes quanto ao uso da Sala de Leitura.

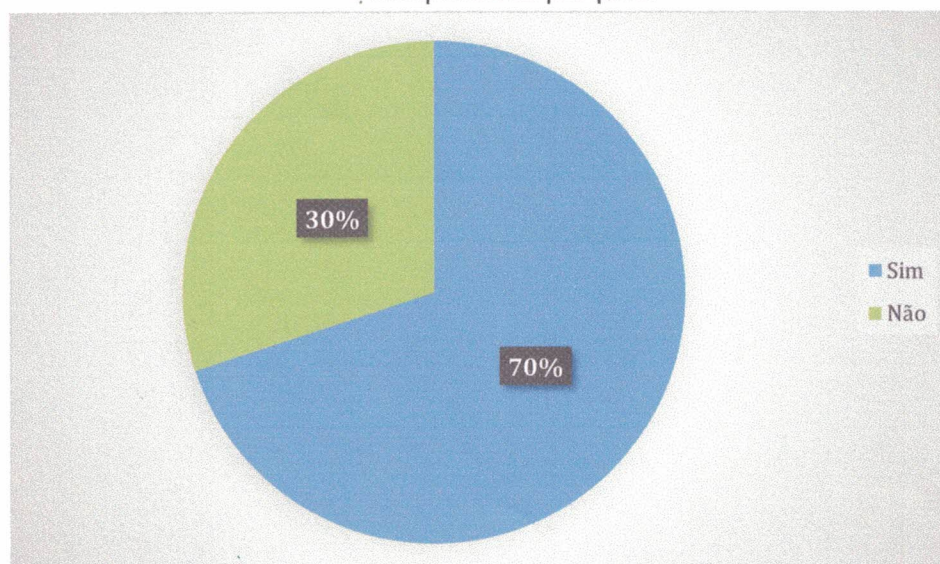
Gráfico 4 – Dificuldades relacionadas ao uso dos serviços da Sala de Leitura –
Participantes da pesquisa.



Fonte: Dados da pesquisa (2021).

Com relação a dificuldade ao uso dos serviços disponíveis na Sala de Leitura foi possível constatar que dentre os usuários que participaram da pesquisa, 88% não sentem dificuldades na utilização dos serviços disponíveis na Sala de Leitura, todavia, os 12% de alunos que sentem alguma dificuldade relataram que estão atreladas ao domínio do Braille, pois alguns ainda precisam desenvolver essa habilidade para poder fazer suas leituras.

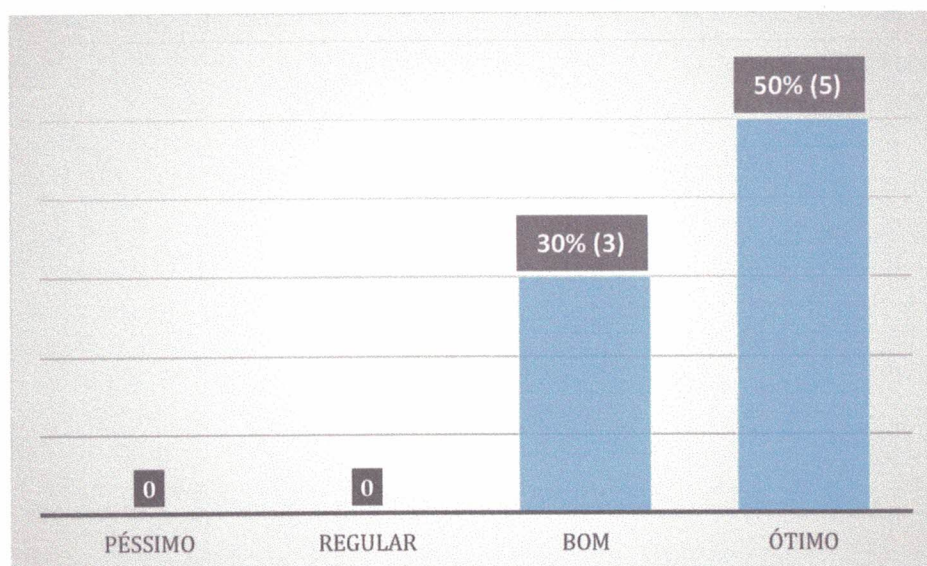
Gráfico 5 – Incentivo ao uso da Sala de Leitura –
Participantes da pesquisa.



Fonte: Dados da pesquisa (2021).

Constatou-se que 70%, dos participantes da pesquisa foram incentivados pela Instituição a frequentar a Sala de Leitura, mas vale ressaltar que este incentivo não consegue alcançar a todos, pois como visto anteriormente, alguns desconhecem a existência da sala de leitura por não ser amplamente divulgada. Outro aspecto relevante verificado é referente ao atendimento, conforme demonstrado no Gráfico 6.

Gráfico 6 – Atendimento – Sala de Leitura.



Fonte: Dados da pesquisa (2021).

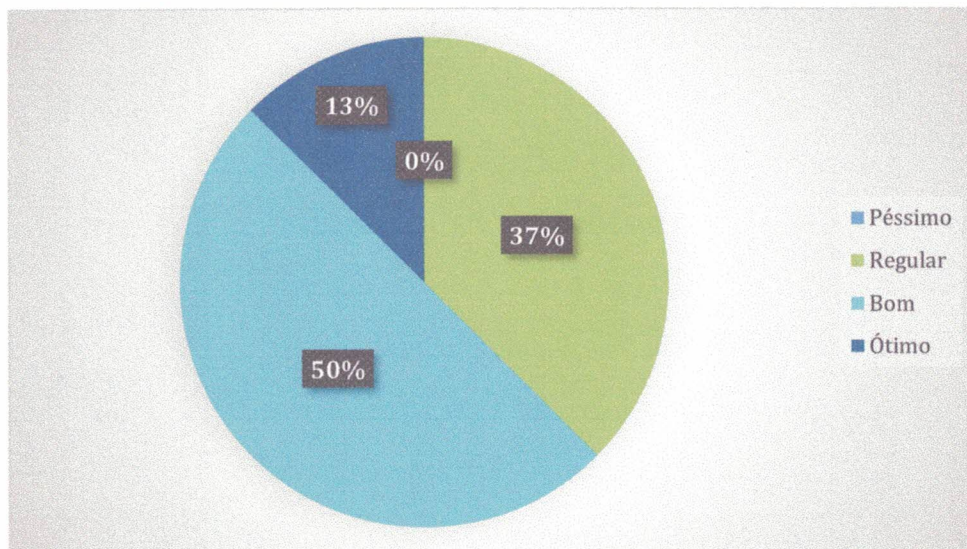
Com relação ao atendimento na Sala de leitura, pode-se verificar que mais da metade dos alunos revelaram que o atendimento se encontra na categoria “Ótimo”, alcançando 50%, enquanto 30% dos respondentes categorizaram o atendimento como “Bom” e nenhum usuário classificou o atendimento como “Péssimo” ou “Regular”, correspondendo a 20%.

Vale ressaltar que para os profissionais da Instituição existem cursos de capacitação interna em escrita e leitura em Braille, desta forma, podem sugerir obras de pesquisas e tecnologias assistivas mediante o grau de comprometimento visual do aluno, orientação e mobilidade no trato e condução da pessoa deficiente visual.

Além disso, o material didático em conjunto com um bom atendimento especializado torna-se instrumentos mediadores fundamentais, visto que colaboram significativamente no processo de ensino-aprendizagem do aluno, no qual ele pode contribuir com suas experiências individuais enriquecendo assim todo o coletivo

(RAMOS, 2021). Em seguida, o gráfico 7 apresenta a opinião dos respondentes em relação a estrutura da sala de leitura.

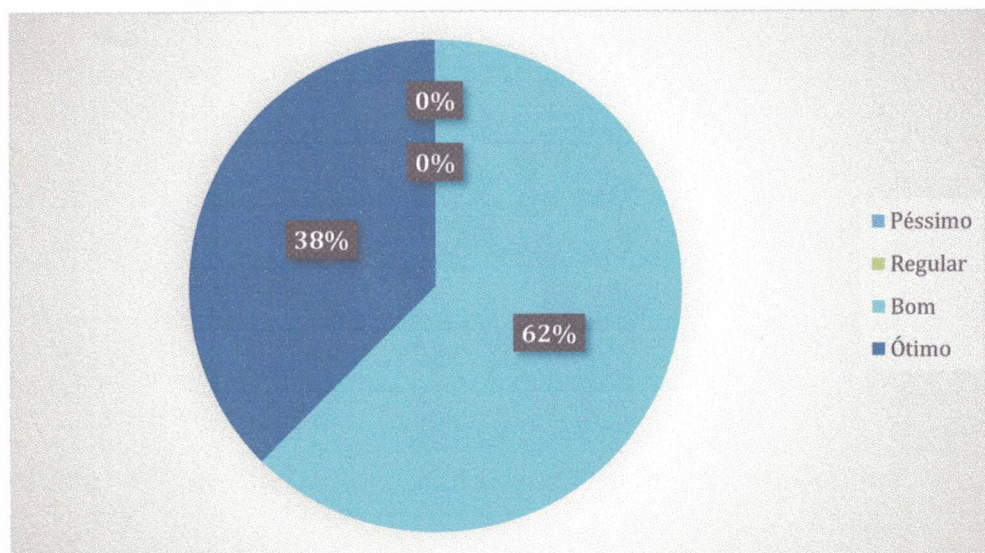
Gráfico 7 – Estrutura – Sala de leitura.



Fonte: Dados da pesquisa (2021).

Quanto a estrutura que se refere ao espaço físico da Sala de Leitura e tudo que compõe este ambiente, 50% dos usuários alegaram ser boa por ter climatização e equipamentos informacionais, como por exemplo computadores com sistema de reconhecimento de voz que atendem e suprem as necessidades bem como a sua área de circulação, já 37% a consideram como Regular, 13% como Ótimo e nenhum usuário a classificou como “Péssimo”.

Conforme já mencionado no Capítulo 2 – Educação no Brasil – é necessário que o espaço informacional se atente a todos os cuidados e necessidades acerca das pessoas com deficiência visual, para que desse modo não ocorra constrangimentos ou comprometimento durante a aprendizagem do usuário (FIALHO; SILVA, 2012). A seguir, o gráfico 8 identifica a avaliação dos serviços disponíveis na Sala de Leitura.

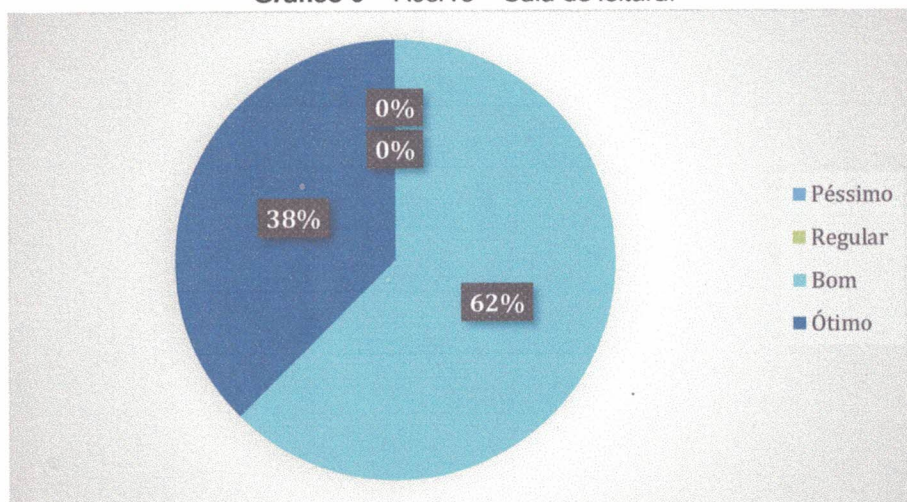
Gráfico 8 – Avaliação quanto aos serviços – Sala de Leitura.

Fonte: Dados da pesquisa (2021).

De acordo com o gráfico acima, 62% dos participantes sentem-se satisfeitos com os serviços prestados na Sala de Leitura, classificando-o como Bom, isso, devido ao acervo e atividades práticas na Sala de Leitura como, por exemplo, leituras em áudio, pesquisa e contações de histórias. Além disso, 38% avaliaram como “Ótimo” e nenhum aluno avaliou os serviços como “Péssimo” ou “Regular”.

Diante disso, é imprescindível que o espaço informacional se utilize de recursos pedagógicos e de acessibilidade para que a educação inclusiva não seja apenas uma modalidade educacional. Além disso, é de fundamental importância a presença do profissional da informação como facilitador do conhecimento e da inclusão social durante todo o aprendizado do aluno, promovendo os serviços e produtos da instituição (SILVA; SPUDEIT, 2000; SOUZA, 2016). O gráfico 9 aborda as considerações dos usuários em relação ao acervo da Sala de Leitura.

Gráfico 9 – Acervo – Sala de leitura.



Fonte: Dados da pesquisa (2021).

Em relação ao acervo, 62% dos usuários expõem que o espaço pode ser considerado como “Bom”, devido a quantidade de livros em Braille, livros com letras ampliadas, computador para ouvir leitura em áudio e para a pesquisa em geral. Enquanto 38% consideram como Ótimo, e nenhum aluno classificou como Pésimo ou Regular.

Desse modo, apesar do acervo possuir livros em Braille e letras ampliadas, a leitura em áudio e a pesquisa são um dos principais fatores que atraem os usuários para a utilização do acervo, mesmo que apenas 12% dos participantes não se sintam seguros com o domínio do Sistema Braille. Sendo assim, observa-se um interesse maior, por parte dos usuários, nos recursos tecnológicos e na contação de histórias em relação ao acervo em Braille.

Para finalizar o formulário, verificou-se por meio de uma questão aberta com o objetivo que os participantes pudessem trazer sugestões de melhorias para a Sala de Leitura. Obteve-se resposta de 70% dos respondentes que sugeriram melhorias relacionadas ao acesso mais facilitado e livre à Sala de Leitura, visto que o espaço só disponibiliza a entrada dos usuários mediante agendamento. Os demais usuários ficaram divididos entre ter mais espaço na Sala de Leitura, silêncio no ambiente e mais equipamentos informacionais/tecnológicos (computadores com sistema informacional DOSVOX).

6 CONCLUSÃO

A Sala de Leitura da Escola Estadual de Cegos Cyro Accioly possui grande valor para os alunos que a frequentam, contribuindo para o aprendizado e autonomia desses estudantes, além de ser um espaço para o entretenimento e convívio social entre os alunos.

No que se refere ao uso dos recursos informacionais, 62% dos respondentes se sentiram satisfeitos quanto ao acervo (Gráfico 9), enquanto outros estudantes identificaram a necessidade de mais equipamentos tecnológicos, visto que 22% utilizam os computadores para Leitura em Áudio e 17% para pesquisar e estudar (Gráfico 3).

Diante da análise dos diferentes autores citados neste trabalho, bem como da experiência de campo, percebe-se que nem todos os alunos que participaram da pesquisa tem conhecimento da existência na Sala de Leitura e os que têm conhecimento, necessitam realizar agendamento para uso dos recursos (leitura em áudio, leitura em Braille, e acesso ao computador para pesquisa).

Nesse sentido, é importante destacar, que a Sala de Leitura precisa estar disponível para o acesso às informações, sobretudo, os recursos informacionais, sem que seja necessário um agendamento para o seu uso, destacando que a mesma não é sala de aula.

Outro ponto a ressaltar, é o espaço físico da Sala da leitura que necessita ser ampliado e adaptado para melhor servir ao aluno com necessidades especiais, e a disponibilidade por parte da instituição em incentivar o aluno ao uso da mesma, bem como intervenções multiprofissionais e interdisciplinares, que possam perceber esses sujeitos de maneira integralizada e holística diante de suas necessidades, mesmo que 63% dos respondentes considerem o ótimo atendimento por parte educador responsável.

Nesse sentido, destaca-se o papel fundamental do bibliotecário como agente transformador e educacional em conjunto com os professores, promovendo um elo entre a sala de leitura e a sala de aula. Além disso, é de extrema importância que o profissional da informação busque manter-se constantemente atualizado e capacitado para atuar nas mais diversas unidades de informação, sobretudo no que se refere ao atendimento qualificado dos usuários que possuam necessidades educacionais especiais (ESTABEL; MORO, 2006).

Ademais, é necessária a desconstrução de toda e qualquer forma de opressão e fragmentação dirigida às pessoas com deficiência visual, ao passo que as mesmas devem ser percebidas e tratadas dentro de sua integralidade e não de forma reducionista e fragmentada. A visibilidade dessas pessoas é ponto importante para o contexto social em que elas vivem, bem como para o desenvolvimento de suas habilidades educacionais, proporcionando assim o regaste da autonomia e de sua identidade.

Em consonância ao que está sendo dito, também se faz necessário que se tenha políticas públicas efetivas e articuladas, que garantam de fato os direitos estabelecidos por meio da Constituição Federal de 1988, que assegura a todos sem distinção, a assistência à educação. Não devemos negar que ainda vivemos em uma sociedade que fragmenta a pessoa com deficiência visual, em que atribui como sendo o “coitadinho”, o doente, ou mesmo aquele que não consegue fazer nada.

Diante do que foi exposto neste trabalho, destaco a importância que o mesmo tem não só para a área educacional, mas para a sociedade como um todo, bem como para o âmbito acadêmico, pois viabiliza informações para que outras pessoas tenham maior sensibilidade em relação ao tema, do mesmo modo ao pesquisar mais sobre este assunto.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, J.P. de. **O curso de pedagogia da Universidade Federal de Alagoas e a formação docente para a prática da educação inclusiva**, 2014. 249 f. Tese. (Doutorado em Ciências da Educação) – Universidade de Évora, Évora, 2014.

ALMEIDA, N. G. N. de. A importância da metodologia científica através do projeto de pesquisa para a construção da monografia. **folha de rosto em Biblioteconomia e Ciência da Informação**, v.2, n. 1, p. 57-66, jan./jun., 2016. Disponível em <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/40663> Acesso em 21 jan. 2022.

APADEV. **O Sistema Braille**. c2021. Disponível em: <https://www.apadev.org.br/pages/workshop/Osistemabraile.pdf> Acesso em 21 dez. 2021.

ARAGÃO, J. W. M. de; NETA, M. A. H. M. **Metodologia Científica**. Salvador: UFBA, Faculdade de Educação, Superintendência de Educação a Distância, 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/30900> Acesso em 12 jan. 2022.

BAGGIO, C. C.; COSTA; H.; BALTTMANN, U. Seleção de tipos de fontes de informação. **Perspectivas em Gestão e Conhecimento**, João Pessoa, v. 6, n. 2, p. 32-47, jul./dez. 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/pgc/article/view/26798> Acesso em 21 jan. 2022.

BELARMINO, J. A importância da informação na luta pela cidadania dos Indivíduos Cegos. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e documentação**, São Paulo, v. 26/28, n.28, p. 83-87, 1995/1997. Disponível em: <https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/397/371> Acesso em 21 jan. 2022.

BERNHEIM, C.T.; CHAUI, M.S. **Desafios da universidade na sociedade do conhecimento**: cinco anos depois da conferência mundial sobre educação superior. Brasília: UNESCO, 2008. Disponível em: <http://www.efdeportes.com/efd138/portador-de-deficiencia-visual-nas-aulas-de-educacao-fisica.htm>. Acesso em: 10 set. 2018.

BLACZYK, C. G.; KUJAWA, E. A. S.; MARTINS, P. L. O. O uso de ferramentas tecnológicas na inclusão escolar da pessoa com deficiência. **Revista Intersaberes**, v. 15, n. 35, maio/ago. 2020. Disponível em: <https://www.revistasuninter.com/intersaberes/index.php/revista/article/view/1867> Acesso em: 10 jan. 2022

BORGES, A. **O que é o DOSVOX**. Rio de Janeiro. 2002. Disponível em: <http://intervox.nce.ufrj.br/dosvox/intro.htm> Acesso em: 10 jan. 2022.

BUENO, S.B. Utilização de recursos informacionais na educação. **Revista Perspectivas em Ciência da Informação**, v.14, n.1, p. 15, 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pci/a/ZQBXnwxqxRcD9xD9wvD8zVN/?lang=pt> Acesso em 02 fev. 2022.

BRASIL. **Atendimento Educacional especializado. Deficiência Visual**. Brasília, DF, 2007. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/aee_dv.pdf. Acesso em: 09 mar. 2020.

BRASIL. [(Constituição 1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1998**. Brasília, DF: Presidência da República, [1988].

BRASIL. Ministério da Educação. **O Plano de Desenvolvimento da Educação: razões, princípios e programas**. Brasília, DF, 2007. 43 p. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/livro/livro.pdf>. Acesso em 11 out. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. **Grafia Braille para a língua portuguesa**. 3 ed. Brasília, DF, p. 21, 2018. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/dezembro-2018-pdf/104041-anexo-grafia-braille-para-lingua-portuguesa/file> Acesso em 02 fev. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2008. Disponível em: mec.gov.br/secadi. Acesso em 09 mar. 2020.

_____. SENADO FEDERAL. **Art. 205**. Brasília, DF, 1988. Disponível em: https://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/CON1988_05.10.1988/art_205_.asp. Acesso em 21 out. 2020.

_____. **Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs)**. Brasília: MEC/SEF, 1998.

BRUM, C. A qualidade da educação brasileira: realidade e preceitos constitucionais. **Revista Uniesp**, v.1, n. 1, p. 11, 2003.

CANEJO, E. **Fundação de apoio à escola técnica/programa de Inclusão**. 2018. Disponível em: <http://www.periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/43304>. Acesso em 11 out. 2020.

CUNHA, M. B. **Para saber mais: fontes de informação em ciência e tecnologia**. 1. ed. Brasília: Briquet de Lemos/Livros, 2001.

ESTABEL, L. B.; MORO, E. L. da S. Capacitação de bibliotecários com limitação visual pela educação a distância em ambientes virtuais de aprendizagem. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 35, n. 3, p. 209-217, set./dez. 2006. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0100-19652006000300020> Acesso em 18 abr. 2022.

FAQUETI, M. F.; VANIN, M.; BLATTMANN, U. Apresentação de trabalhos escolares: a biblioteca no processo de aprendizagem. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA, DOCUMENTAÇÃO E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 21., **Anais...**2005, Curitiba, 2005.

FARIAS, S. C. O audiolivro e sua contribuição no processo de disseminação de informações e na inclusão social. **Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Campinas, v.10, n.1, p.31-52, jul./dez. 2012. Disponível em https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rdbci/article/view/1895/pdf_27 Acesso em 18 abr. 2022.

FIALHO, J.; SILVA, D. de O. Informação e conhecimento acessíveis aos deficientes visuais nas bibliotecas universitárias. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v.17, n.1, p.153-168, jan./mar. 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pci/a/NCgS7GYyvJgzYFNCbp6fB5c/?lang=pt> Acesso em 21 jan. 2022.

FONTANA, M. V. L.; VERGARA, N. E. L. Educação e Inclusão de Pessoas Cegas: da Escrita Braille à Internet. **Revista Fafibe**, v.1, n. 1, p. 137-9. 2006.

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler**: em três artigos que se completam. 41. ed. São Paulo: Cortez, 2001. 87 p. v.13.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GUERREIRO, E. M. B. R. A acessibilidade e a educação: um direito constitucional como base para um direito social da pessoa com deficiência: **Revista Educação Especial**, Santa Maria, v. 25, n. 43, p. 217-232, maio/ago. 2012 Disponível em <http://www.ufsm.br/revistaeducacaoespecial> Acesso em 21 jan. 2022.

Instituto Tércio Pacitti de Aplicações e Pesquisas Computacionais. **Dados gerais sobre o ambiente DOSVOX**. Universidade Federal do Rio de Janeiro. 2000. Disponível em: <http://intervox.nce.ufrj.br/dosvox/ferramentas.htm> Acesso em 17 jan. 2022.

KASSAR, M.DE.C.M. Educação especial na perspectiva da educação inclusiva: desafios da implantação de uma política nacional. **Educar em Revista**, n. 41, p. 61-79, 2011.

LE COADIC, Y. F. **A Ciência da Informação**. Brasília: Brique de Lemos, 1996.

LEMOES, E.R.; CERQUEIRA, J.B. **Um olhar sobre a cegueira**. 2003. Disponível em: https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/91269/moura_jfb_me_mar.pdf.txt ;jsessionid=68C3C5206317EBE76F53F7D10807EB0A?sequence=2. Acesso em: 8 set. 2018.

_____. O sistema Braille no Brasil. **Revista Benjamin Constant**, v.1, n.1, p. 15, 2014.

LUCY, J. **Louis Braille**: sua vida e seu sistema. 2 ed., Fundação para o Livro do Cego no Brasil - São Paulo, 1978.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. Educação para todos. **Revista Pátio**, ano II, n. 5, 1998.

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2003. Disponível em: <https://biblioteca.unisced.edu.mz/handle/123456789/1032> Acesso em 12 jan. 2022.

MARTINS, S.M. A educação brasileira nas últimas décadas: obstáculos e metas dentro e fora da escola. **Revista Travessias**, v. 4, n. 3, p. 15. 2000. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/travessias/article/view/4615> Acesso em 12 jan. 2022

MELLO, H. de.; MACHADO, S. A formação histórica da educação para cegos no Brasil: uma análise contextualizada das leis do Império à República. In: SEMINÁRIO LUSO-BRASILEIRO DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA, 1., 2017, Rio Grande do Sul. **Anais...** Rio Grande do Sul: EDIPUCRS, 2017.

NAGAHASHI, M.; FELIPPE, M. C. G. C. Experiência da automação na produção de livros em braille na fundação Dorina Nowill para cegos - São Paulo. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, v. 26-28, n. 1, p. 59-66, 1997.

RAMOS, S. D. H. P. **O atendimento educacional especializado**: uma reflexão sobre o processo de ensino-aprendizagem do aluno cego. Temas da diversidade: experiências e práticas de pesquisa. Guarujá, SP: Científica Digital, 2021. Disponível em: <https://www.editoracientifica.org/articles/code/201102120> Acesso em 17 jan. 2022.

ROMAGNOLLI, G. S. E. **Inclusão do aluno com baixa visão na rede Pública de Ensino**: procedimentos dos professores. Paraná: Secretaria da Educação, c2021. Disponível em: <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/1109-4.pdf> Acesso em 19 dez. 2021.

SANTOS, É. A educação como direito social e a escola como espaço protetivo de direitos: uma análise à luz da legislação educacional brasileira. **In: Educação Pesquisa**. São Paulo, v. 45, p. 1-15, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1678-4634201945184961> Acesso em: 20 fev. 2022.

SANTOS JUNIOR, E.T. Dos. **Reprodução de livros em braille pela Escola Estadual para Cegos Ciro Acciolly a alunos de escolas públicas**. 2020. f.34. (Trabalho de Conclusão de Curso de Biblioteconomia) da Universidade Federal de Alagoas. 2020.

SASSAKI, R.K. **Inclusão: construindo uma sociedade para todos**. Rio de Janeiro: WVA, 2010.

SILVA, T.S. **TECNOLOGIA E EDUCAÇÃO**: o uso de recursos informacionais em escolas municipais do Recife. 2015. 54.f. (Trabalho de Conclusão de Curso Gestão da Informação) da Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2015.

- SILVA, A.F.; SPUDEIT, D. Bibliotecas inclusivas: o que posso fazer para a inclusão das pessoas com deficiência visual? **ABECIN** Editora. São Paulo, 2020. Disponível em: http://abecin.org.br/e-books/bibliotecas_inclusivas/E-Book_Bibliotecas_inclusivas.pdf Acesso em 23 de maio de 2020.

SOUZA, C. dos. S. Mediações no Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Ceará na perspectiva da educação inclusiva. 2016. 104 f. **Dissertação** (Mestrado Profissional em Políticas Públicas) – Universidade Federal do Ceará. Ceará, 2016.

TOKARNIA, M. **Braille**: especialistas dizem que há avanços, mas ainda muito trabalho. 2019. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2019-01/braille-especialistas-dizem-que-ha-avancos-mas-ainda-muito-trabalho> Acesso em 17 jan. 2022.

APÊNDICES

APÊNDICE A**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

Declaro, por meio deste termo, que concordei em ser entrevistado(a) e/ou participar pesquisa intitulado(a) O uso dos recursos informacionais da sala de leitura da Escola Estadual De Cegos Cyro Accioly. Afirmando que aceitei participar por minha própria vontade, sem receber qualquer incentivo financeiro ou ter qualquer ônus e com a finalidade exclusiva de colaborar para a pesquisa, sendo devidamente informados(as) dos objetivos estritamente acadêmicos do estudo. Minha colaboração se fará de forma anônima, por meio de entrevista. O acesso e a análise dos dados coletados se farão apenas pelo(a) pesquisador(a) e/ou seu(s) orientador(es) / coordenador(es). Fui ainda informado(a) de que posso me retirar desse a qualquer momento, sem prejuízo para meu acompanhamento ou sofrer quaisquer sanções ou constrangimentos.

Maceió - AL, ____ de _____ de ____

Assinatura do(a) participante: _____

Assinatura do(a) pesquisador(a): _____

APÊNDICE B

FORMULÁRIO

1) Informações básicas (Dados dos Usuários)

Idade:

Estado Civil:

Escolaridade:

Sexo:

Bairro:

2) Informações específicas

Grau de Deficiência:

- Baixa Visão
- Cego

Você utiliza a Sala de Leitura?

- Sim
- Não, por quê?

Se sim, com que frequência?

- Pouca (1x por semana)
- Média (2 a 3x por semana)
- Muita (4 a 5x por semana)

O que costuma fazer na Sala de Leitura?

- Leitura em Braille
- Leitura em Áudio
- Leitura em Braille e Áudio
- Leitura em livros com letras ampliadas/a tinta
- Contação de história
- Estudar/Pesquisa

Outro: _____

Você sente alguma dificuldade em usar os serviços da sala de leitura ou de encontrar algum livro? Quais e por quê?

Você já foi incentivado pela instituição a utilizar a sala de leitura?

De forma geral, classifique a Sala de Leitura incluindo:

Quanto ao atendimento:

- Péssimo
- Regular
- Bom
- Ótimo

Quanto a estrutura:

- Péssimo
- Regular
- Bom
- Ótimo

Quanto ao serviço ofertado dentro da sala de leitura:

- Péssimo
- Regular
- Bom
- Ótimo

Quanto ao acervo:

- Péssimo
- Regular
- Bom
- Ótimo

Se você tivesse que sugerir alguma mudança na Sala de Leitura, qual seria?